

UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS DE CLASSES POPULARES

Com a temática “Famílias Monoparentais”, foi apresentado o artigo da Maria Cristina Ostermann Barbieri, assistente social e mestranda no ISP/UFPEL dando visibilidade ou melhor, desvela a realidade dessas famílias.

Sua metodologia: A experiência de forma qualitativa com duas famílias moradoras de um bairro periférico da cidade de Pelotas, analisadas a partir dos relatos e observações de trabalho de campo, relaciona e projetam as relações, semelhanças e aproximações na trajetória de vida das mulheres chefes de famílias diante da centralidade da relação mãe-filho, bem como a rede de parentesco, social e aspectos simbólicos envolvidos nessa relação.

O contato com a realidade permitiu trabalhar conceitos de proximidade e distanciamento, assim como entender a sociedade contemporânea focada no olhar da cultura do pobre e assim conseguiu traduzir vivências sociais distintas, como também toda a diversidade cultural, que servirão como ferramenta para a inclusão desse público, dentro do processo histórico da contra hegemonia e assim o fazendo, validar suas experiências dando suporte científico no verdadeiro sentido e significado social para os diferentes, mas que são maioria e se tornam iguais nas diferentes circunstâncias.

Mais adiante é constatado o quanto é difícil essa população se mobilizar política e coletivamente, sobretudo quando é orientado por propostas e intervenções de pessoas que não fazem parte de seu cotidiano, da sua comunidade. Por outro se percebe que os fatores mobilizantes, são os eventos pontuais, especialmente os assistenciais e festivos, o que nos leva a seguinte afirmação: Que os fatores mobilizadores estão relacionados á sobrevivências imediata e ao lazer.

De acordo com os estudos em questão, sobre as relações entre rede de assistência e família de grupos populares, o que nos leva a afirmar que não são os movimentos reivindicatórios e sim organizações próprias que mantém e constitui as teias de sociabilidade, baseada na moralidade e eticidade dessas mulheres, ao terem um código de honra próprio, a partir da maternidade como valor maior para sua existência, o que os motiva na responsabilização do bem-estar das crianças, provocando-as a buscarem programas e serviços das redes de assistência.

Um dos fatores determinantes na construção dessas famílias, é o de terem em comum a ausência do pai no processo da educação dos filhos, cujo fenômeno e o de terem relacionamentos afetivos, alguns estáveis, outros encontros casuais, vindo a gravidez decorrente dessas relações, algumas vezes sem intencionalidade. Essas relações conflituosas geralmente estão permeados por traições, uso abusivo de álcool e outras drogas, envolvimento com atos ilícitos, o que os leva ou acabam de forma cíclica repetindo as mesmas experiências dos seus pais.

Observa na fala da pesquisadora á principio o pré-conceito, seguido posteriormente de superação, ao desconstruir o modelo ideal de família e na medida em que ela avança, afasta-se do seu próprio referencial, que era o conceito de família tradicional nuclear e conseqüentemente a abertura, a superação de posturas profissionais impregnadas de normas e preceitos baseados num sujeito universal e no padrão familiar ideal, contrastando entre o que Deve ser e o Devir, esse último rompendo com o determinismo cultural, social, político e histórico, de uma sociedade iluminista, racionalista, que na prática desconsidera os Direitos Humanos, por desconsiderar um novo padrão familiar como desvio de comportamento e anormalidade.

A acadêmica ao desvelar o indizível, o invisível supera o estranhamento, o pré-conceito de relações normais de famílias monoparentais de classes populares e ao captar os sinais, essas relações deixam de serem particulares, por isso precisamos urgentemente destituir a lógica da exclusão, por terem colocado falso silogismo, apoiado em premissas e a própria lógica de forma equivocada, o que tem prejudicado pessoas, famílias inteiras das ações protetivas pelo Estado, o

que nos leva a seguinte máxima: Que nos sociedade civil somos violentadores de direitos humanos quer por cumplicidade ou por indiferença.

O processo de reestruturação econômica das famílias e suas crianças nesse processo de isolamento social e econômico nos remetem a afirmação que essas pessoas destituídas de serem sujeitos de cidadania, pois cotidianamente são retirados seus direitos constitucionais, o que trás fortes conseqüências na vida das mulheres e de seus filhos, ao encontrarem uma maior dificuldade no acesso a estudo e ascensão social, por outro aparece o papel do Estado negligente, frente ao processo de empobrecimento das mulheres e seus filhos, como se fosse uma concepção particular, privada e não como um problema da sociedade civilizatória e que deveria sim implicar numa ação pública e estatal, cuja mediação deve ser elemento fundamental na estruturação e mediação das relações sociais. É preciso rapidamente desconstruir o que está pautado nessas relações sociais impostas pelo neocapitalismo, onde o valor e a ideologia estão focados no individualismo, igualdade e liberdade como questões universais, desconsiderando a materialidade das condições e possibilidades de fato postas nesse sistema, em relação aos destituídos economicamente dessa pretensa universalidade pregada.

Conforme relato da pesquisadora, só a vivencia trás o sentido e o significado nas implicações e percepções nesse processo de alteridade, o que nos leva certamente a compreender a diversidade social como desafio, de ser esse o novo no trato profissional e humanizado.

Concluo, afirmando que esse artigo permite afirmar-mos a necessidade urgente de se construir a partir da nossa cultura, a produção do nosso conhecimento e empoderamento da nossa realidade, contrapondo-se ao europocentrismo como forma única, pois ao nos valer desse conhecimento com status de validade, como verdade universal tem nos provocado o estranhamento da nossa realidade como um todo, o que nos leva ao nosso próprio estrangeirismo em relação às populações periféricas brasileiras. Por outro esse artigo, ressalta o quanto é importante que a academia se coloque a serviço dessa população carente de cidadania e de compreensão de sua própria história, das suas condições reais e ciente que ao escrevermos essa historiografia, permitirá ir ao encontro da nossa brasilidade

Artigo elaborado pelo conselheiro Francisco Arduim

